

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

Novembro / 2011 ano XVIII nº 183

www.trt6.jus.br



TJC encerra 2011 com números para comemorar



Comemoração. Magistrados, educadores e estudantes em clima de confraternização durante encerramento do programa Trabalho, Justiça e Cidadania

Com a nobre causa de levar aos estudantes da rede pública noções de direitos fundamentais e a eficiente metodologia baseada na expressão artística, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) encerrou a edição de 2011, com números

expressivos. Desde a sua implantação em Pernambuco, pela Amatra6, no ano de 2005, o TJC já levou a noção de direitos básicos e exercício da cidadania a quase 20 mil alunos de mais de 40 escolas públicas. Só este ano foram atendidos cerca

de cinco mil estudantes.

A conclusão das atividades do programa deste ano, que aconteceu em novembro, no auditório da FIEPE, reuniu, além dos alunos dos colégios participantes, educadores, advogados e magistrados.

Página 05

Entrevista

JUIZ ANDRÉ MACHADO ABORDA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

O juiz do TRT-PE André Machado, que é um dos autores do livro *Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos*, baseado nas teses do professor espanhol Joaquim Herrera Flores, avalia o estado dos direitos humanos no momento atual e fala sobre o papel relevante que o juiz trabalhista exerce na perspectiva desses direitos.

Página 03

Prevenção de acidentes

Desembargadora Valéria Gondim realiza conferência sobre emprego e trabalho decente.

Página 04

PCMSO comemora 10 anos

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), iniciativa pioneira no setor público, completou 10 anos de funcionamento no TRT6.

Página 08

Justiça brasileira define novas metas

Representantes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do país estiveram reunidos no V Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Porto Alegre, nos dias 17 e 18 de novembro, para a eleição das cinco novas metas do Judiciário brasileiro. O encontro

também contou com representantes de 27 Tribunais de Justiça; 27 Tribunais Regionais Eleitorais; 5 Tribunais Regionais Federais; bem como dos Tribunais de Justiça Militar de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e dos tribunais

superiores - Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Superior Tribunal Militar (STM). Durante o encontro, também foram apresentados os resultados parciais sobre o

cumprimento das metas de 2011. Até setembro deste ano, os tribunais julgaram 74,4% dos 4,3 milhões de processos que entraram na Justiça até dezembro de 2005. Confira a seguir as metas específicas da Justiça do Trabalho para os anos de 2012 e 2013:

Metas específicas para a Justiça do Trabalho

2012

- Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das unidades judiciárias e administrativas
- Capacitar 40% de magistrados e gestores de unidades judiciárias e administrativas em gestão estratégica, com carga-horária mínima de 20 horas
- Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em pelo menos 10% das Varas do Trabalho de cada tribunal;
- Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011
- Executar, até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal

2013

- Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 100% das unidades judiciárias e administrativas
- Capacitar 80% de magistrados e gestores de unidades judiciárias e administrativas em gestão estratégica, com carga-horária mínima de 20 horas
- Realizar adequação ergonômica em 100% das unidades judiciárias de 1º e 2º grau

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedrosa Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyéjia Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli
REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica

(Tiragem: 1.500 exemplares)

Entrevista

André Machado

Juiz tem papel relevante na promoção dos Direitos Humanos



“A história dos Direitos Humanos é a história do seu descumprimento”. Esta é a visão do juiz do Trabalho do TRT-PE André Machado, um dos autores do livro “Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos”, recentemente lançado. Baseado nas teses do professor espanhol Joaquim Herrera Flores, a obra mostra como o avanço da luta por uma sociedade mais igualitária está diretamente ligada ao combate, à dominação e à exclusão social. Nesta entrevista o magistrado explica de que formas os Direitos Humanos são ignorados e quais as trilhas para mudar tal realidade.

De que maneira o livro “Teoria Crítica dos Direitos Humanos: das lutas aos direitos”, do qual o senhor é um dos autores, pode colaborar para o aprimoramento dos Direitos Humanos?

A principal contribuição do livro é ressaltar que a norma jurídica sozinha não é capaz de assegurar o acesso igualitário aos bens que conferem dignidade ao ser humano. Embora as normas sejam importantes, a luta dos movimentos sociais é fundamental para a construção de uma sociedade menos desigual.

Como o senhor resumiria a teoria crítica de Joaquim Herrera Flores?

Para Joaquim Herrera Flores a universalidade dos direitos humanos não pode ser encarada como uma realidade acabada, e sim como um objetivo a ser alcançado a partir de um processo contínuo de diálogo intercul-

tural. Para o filósofo sevilhano, os direitos humanos são produtos culturais e, portanto, passíveis de apropriação pela ideologia dominante. A disputa

diretamente relacionado com a luta pelo acesso igualitário e não hierarquizado aos bens materiais ou imateriais que conferem dignidade à existência humana.

“Embora as normas sejam importantes, a luta dos movimentos sociais é fundamental para a construção de uma sociedade menos desigual”

ideológica em torno dos direitos humanos coloca de um lado aqueles que pretendem naturalizar os processos de dominação e exclusão e do outro aqueles que pugnam pela construção de espaços de dignidade humana. A concretização dos direitos humanos é um projeto de emancipação social que está

Como os Direitos Humanos estão sendo tratados atualmente no Mundo?

De acordo com Herrera Flores a história dos direitos humanos é a história do seu descumprimento. Essa realidade pode ser constatada desde a violência contra os pobres, passando pelos processos sociais de discriminação de gênero, raça e

condição social, até chegar às chamadas “intervenções humanitárias”, de acordo com as quais os países centrais se arvoram no direito de promover o genocídio em nome dos direitos humanos.

Como trazer para a prática as teorias sobre Direitos Humanos? Isso é possível nas atividades de juiz do Trabalho?

Joaquim Herrera Flores nos legou uma metodologia de reflexão e prática denominada Diamante Ético, a partir do qual os atores sociais podem identificar o contexto das lutas pela dignidade humana, entender o papel dos principais personagens em determinado espaço público e trabalhar pela desestabilização dos processos assimétricos de acesso aos bens. O juiz do trabalho pode ter um papel relevante nesse processo, tanto na atividade judicante, adotando uma hermenêutica libertadora, como na condição de cidadão, em especial no interior do movimento associativo.

Em forma de arte alunos demonstram lição de direitos e cidadania

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, na sua edição de 2011, foi encerrado no último dia 18 de novembro, com a premiação de alunos de escolas públicas que apresentaram jogos teatrais e vídeos relativos aos direitos e deveres dos trabalhadores. O Programa foi lançado nacionalmente em 2004, tendo sido implantado de forma pioneira em Pernambuco, no ano seguinte, sob a coordenação da Amatra VI, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Anamatra.

O objetivo é a divulgação das regras que regem as relações entre empregados e empregadores e a transmissão de noções acerca de cidadania e ética. A iniciativa já beneficiou mais de 40 escolas ao longo deste tempo, com a participação de aproximadamente 20 mil alunos. Somente em 2011, mais de cinco mil crianças e adolescentes estiveram vinculados ao programa.

O evento que marcou o término do projeto deste ano reuniu, no auditório da Fiepe, estudantes das escolas que se dividiram em torcidas organizadas para vibrar pelos trabalhos desenvolvidos pelas instituições que representavam. Além deles, foi registrada a presença da coordenadora Carmen Varejão Richilin, juíza do TRT, da presidente da Amatra, juíza Luciana Conforti, da professora Gilvani Alves Pile



Encenações teatrais entusiasmaram o público, revelaram o talento dos alunos e mostraram que as lições sobre direitos básicos foram bem compreendidas

Torres, representante da Gerência Regional de Educação, além de outros magistrados e educadores.

Diante da empolgação dos presentes, houve a execução do Hino Nacional e a apresentação da Banda Marcial Erundina Negreiros, regida pelo maestro Márcio José. Em seguida, após as explicações relativas ao trabalho desenvolvido e à premiação dos melhores, a Amatra VI exibiu um vídeo didático sobre as relações de trabalho, direitos e deveres das partes envolvidas.

A grande vencedora do prêmio de jogos teatrais foi a Escola Erundina Negreiros, localizada na Macaxeira. Os alunos encenaram a saga de um beato que partia do Sertão na companhia de um burro falante, em busca da “Santa Justiça”. Nesta caminhada o beato foi encon-

trando pessoas que precisavam de justiça e que foram sendo arregimentadas para formar o seu grupo. Até mesmo um cangaceiro é convencido a integrar o grupo que finalmente encontra a “Santa Justiça”.

O prêmio de melhor vídeo coube à Escola Maria Amália, também situada na Macaxeira, que apresentou um jornal com uma reportagem especial sobre acidentes de trabalho. A entrevistadora visitava uma empresa de construção civil, atividade que concentra o maior número de mortes por falta de equipamentos de segurança. Ela escolheu um prédio em construção onde eram obedecidas as normas de proteção, procurando, através da entrevista com um pedreiro, demonstrar

os benefícios desse tipo de procedimento.

A Escola Motta e Albuquerque também foi premiada na categoria cordel. Todas as instituições de ensino participantes receberam um certificado, enquanto os alunos vencedores foram agraciados com vales da Livraria Cultura.

Concorreram à premiação mais quatro jogos teatrais e três vídeos. A Escola Professor Motta Albuquerque apresentou uma peça a respeito da exploração do trabalho infantil em uma carvoaria, onde as crianças trabalhavam 18 horas por dia em troca de comida. O jogo teatral da Escola Governador Barbosa Lima baseou-se no emprego doméstico e o da Escola Maria Amália nos dilemas do trabalhador que tem seus direitos feridos pelo patrão. Já a Escola Lions de Parnamirim focou seu jogo teatral na troca de papéis do patrão com um empregado.

Quanto aos vídeos, a Escola Professor Motta e Albuquerque mostrou o trabalho como uma forma de obter uma vida feliz e a Escola Erundina Medeiros abordou os direitos dos trabalhadores. Também especificou todas as formas de trabalho, do estágio ao formal, com carteira assinada e denunciou o trabalho infantil, mostrando que lugar de criança é na escola. Por sua vez, a Escola Governador Barbosa Lima, apresentou as dificuldades encontradas na busca por um emprego, ressaltando ainda as conquistas dos trabalhadores.

AGE trabalha na implementação do escritório de projetos

Com foco na implantação do escritório de projetos, prevista na Meta 1 do Judiciário para 2011, uma série de ações estão programadas para acontecer no Regional pernambucano. A primeira delas centra-se na estruturação e operacionalização do escritório. Num segundo momento, será ministrada uma palestra apresentando o trabalho de estruturação e operacionalização à Presidência do Tribunal, à Vice-Presidência e à Corregedoria, bem como aos diretores da área administrativa e aos gestores dos projetos estratégicos do TRT6. Já em uma terceira fase os gestores dos projetos estratégicos participarão da adequação desses projetos à metodologia a ser utilizada por todo o Sexto Regional, que é o PMBOK.

Além dos projetos estratégicos,

também os projetos táticos (das áreas de tecnologia da informação e recursos humanos) e os demais projetos (como os destinados à implantação das novas Varas do Trabalho) serão monitorados pelo escritório de projetos, que será dirigido pelos servidores Verônica Tavares e Mancinelli Vila Nova. De acordo com Maurício Xavier, advogado especialista em direito do trabalho, mestre em gestão de políticas públicas e convidado por este Regional para ajudar na finalização da estruturação do escritório, “o escritório funcionará como guardião da implementação dos objetivos estratégicos do TRT6, definidos no Planejamento Estratégico.” Maurício explica ainda que os projetos vão continuar a ser geridos pelos gestores designados, os quais têm os conhecimentos técnicos necessários à



A metodologia utilizada, o guia PMBOK, permite planejamento, acompanhamento, execução e monitoramento de projetos de forma eficiente e prática

sua implementação. O que cabe ao escritório de projetos é a atividade de vinculação com o Planejamento Estratégico do Tribunal, auxiliando no alinhamento dos projetos à estratégia do Regional pernambucano, tudo isso por meio da utilização de uma metodologia uniforme, a já mencionada PMBOK, mundialmente utilizada.

Vinculado à Assessoria de Gestão

Estratégica, chefiada por Andréa Coutinho, o escritório de projetos deve ser instituído ainda este ano, por meio de Ato da Presidência do Tribunal. Na mesma ocasião, também deve acontecer o lançamento do Manual de Gerenciamento de Projetos do TRT6, o qual deve nortear a produção de todos os projetos do Sexto Regional.

Ouvidores se encontram no TRT6

Intercâmbio de ações entre as ouvidorias foi um dos assuntos tratados pelos ouvidores do TRT-PE e do TRE-PE, Guilherme Mendonça e Stênio Neiva respectivamente. Os dois conversaram no dia 3, no Regional Trabalhista pernambucano. O desembargador ouvidor Stênio Neiva aproveitou a ocasião para entregar cartazes e fôlderes de divulgação da Ouvidoria do Regional eleitoral pernambucano, instalada no último mês de março. Já Guilherme Mendonça registrou que “o estreitamento de laços entre os ouvidores é salutar, pois, embora os universos de atuação sejam distintos, há problemas comuns.” Também sugeriu a articulação para realização de encontro com todos os ouvidores dos poderes públicos de Pernambuco



Juiz Guilherme Mendonça (d) propôs um encontro dos ouvidores dos órgãos públicos de Pernambuco

Convênio do TRT-PE pode servir de modelo para outros Regionais



Grupo mostra integração na digitalização dos processos

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, ao discursar na reunião do Colepccor, dia 30 de novembro, sugeriu que os TRTs adotassem iniciativa semelhante à do TRT-PE, que firmou convênio com a Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE), os quais estão realizando as atividades de digitalização dos processos trabalhistas que são remetidos ao TST em grau de recurso.

Para transmitir as apreciações feitas pelo ministro Dalazen e anunciar que existe a perspectiva de ampliação do trabalho de digitalização que vem sendo realizado, o presidente do TRT pernambucano, André Genn, visitou o Setor de Recursos, onde os processos estão sendo digitalizados, .

O convênio já havia sido considerado um exemplo de boa prática pelo corregedor do TST, ministro Barros Levenhagen. A iniciativa do TRT da 6ª Região teve início no começo deste ano quando foi firmado um convênio com a ASSPE, entidade que passou a ser responsável pela digitalização.



Vistos etc..

Cargos para informática



André Genn (E) com o deputado Pedro Eugênio (PT-PE), relator do Projeto de Lei

O presidente do TRT-PE, desembargador André Genn, acompanhou em Brasília, no dia 23, a sessão em que foi aprovado o Projeto de Lei nº 1. 829/2011, na Comissão de Finanças e Tributação, que cria 57 cargos de analista na área de tecnologia da informação para o Regional, tendo sido encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça.

Acordo no dissídio dos gráficos

Após exaustivas negociações, o Sindicato das Indústrias Gráficas, Editoriais, de Cartonagem, de Envelopes e de Formulários Contínuos do Estado de Pernambuco e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Editoriais, Jornais, Revistas, Envelopes, Cartonagem, Serigrafia e de Formulários Contínuos do Estado de Pernambuco celebraram acordo coletivo no TRT-PE, no dia 8 de novembro.

Trabalho e memória em livro

A desembargadora Eneida Melo e a professora Marcília Gama são duas das autoras presentes no livro *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*, título da Editora Universitária/UFPE. A publicação é fruto do convênio entre o TRT da 6ª Região e o Departamento de História da Federal de Pernambuco, que resultou no projeto Memória e Justiça do Trabalho.

Valéria Gondim participa de conferência sobre emprego e trabalho decente



Desembargadora Valéria Gondim representou o TRT-PE

“Saúde e Prevenção de Acidentes no Ambiente Laboral – Garantia de Trabalho Decente – Questão de Cidadania”. Esse foi o tema da palestra proferida pela desembargadora Valéria Gondim na 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente no Estado de Pernambuco. Na ocasião, a desembargadora chamou atenção para o fato de que “acidente do trabalho não é fatalidade”. E completou: “Falhas individuais cedem diante de fragilidades sistêmicas.”

O evento foi promovido pela Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo e aconteceu no Centro de Convenções, no dia 10. As discussões do encontro, que reuniu representantes de diversos segmentos da sociedade envolvidos com o mundo do trabalho, tiveram como base o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e a consolidação da Agenda Pernambuco de Trabalho Decente.

TRT6 apresenta experiências para o Governo do Estado

A experiência do Regional pernambucano com a implementação de uma gestão estratégica foi o tema do encontro que aconteceu entre o diretor-geral, Wladimir Rolim, as servidoras da Assessoria de Gestão Estratégica do TRT6 Verônica Tavares e Elizabete Duarte, o secretário executivo de segurança institucional do governo do estado, coronel Eduardo José Pereira da Silva e o secretário executivo de defesa civil, tenente-coronel Carlos Alberto d'Albuquerque Maranhão Filho. A reunião aconteceu no dia 11, na Casa

Militar, no Palácio do Campo das Princesas, e foi fruto de um convite feito pelo coronel Eduardo José Pereira, que está implantando a gestão estratégica no âmbito da Casa Militar. Os servidores do Sexto Regional contribuíram apresentando o mapa estratégico do Tribunal, bem como relatando todo o processo que levou à sua construção e explicando a forma como aconteceu a eleição dos projetos prioritários. Eles também relataram a importância de periodicamente se realizarem avaliações para verificar se os projetos estão sendo imple-

mentados como devido ou se é o caso de se promover algum ajuste. Para Wladimir Rolim, o encontro foi extremamente positivo. “Vimos

que nossa experiência com gestão estratégica tem sido bastante exitosa. Estamos no caminho certo”, falou.



O diretor-geral do TRT-PE, Wladimir Rolim, e a equipe da AGE apresentaram o mapa estratégico do Tribunal aos representantes do Executivo estadual

Programa de saúde preventiva completa 10 anos

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), coordenado pela médica Simone Santana, está completando 10 anos de funcionamento no TRT da 6ª Região. Sua implantação foi uma iniciativa pioneira que até então só era aplicada em empresas privadas. Só em 2009 passou a ser obrigatório nos órgãos públicos, tendo em vista a importância da realização de diagnóstico precoce de doenças.

O PCMSO é um programa preventivo e, ao mesmo tempo, de acompanhamento de doenças crônicas. No TRT uma equipe multidisciplinar composta por seis profissionais, isto é, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e dentistas, visita os diversos locais de trabalho dos servidores e magistrados, registra a história clínica de cada um, afere a pressão arterial, avalia a relação do peso com a altura e mede a circunferência abdominal, que é um dos fatores de risco para doenças cardiovasculares.

Também é verificada a postura de trabalho dos funcionários e magistrados no que se refere ao uso do computador. Paralelamente os odontologistas recolhem dados sobre a saúde bucal e fornecem orientações relativas ao autoexame. São solicitados ainda alguns exames complementares, como hemograma, taxas de glicose, colesterol, triglicerídeos, creatinina, bilirrubinas, ácido úrico e hormônios, dentre outros, além de parecer cardiológico. A partir das conclusões obtidas mediante o estudo das informações colhidas, a equipe orienta a respeito das providências necessárias aos cuidados com a saúde.

Apesar de o programa desenvolvido pelo Serviço de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco representar uma iniciativa extremamente positiva para todos, possibilitando a detecção precoce de doenças e prestando assistência aos que apresentam enfermidades crônicas, os profissionais deparam-se



Prevenção e acompanhamento
O PCMSO, coordenado pela médica Simone Santana, atua ao mesmo tempo com o objetivo de prevenir o surgimento e acompanhar o tratamento de doenças classificadas como crônicas.

com um grande desafio: obter dos servidores os exames complementares solicitados nos prazos adequados.

Isto impede que seja emitido o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), documento que precisa ser encaminhado à Secretaria de Recursos Humanos para constar do histórico dos funcionários. O ASO é uma espécie de atestado de que a pessoa encontra-se apta

para o trabalho que desempenha.

A partir de 2012, o Tribunal será mais rígido em relação à cobrança quanto à entrega dos resultados dos exames complementares, tendo em vista que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu como prioridade o cumprimento de pelo menos 60% de atendimento tomando como base o total de funcionários lotados em cada Regional.

Servidores participam de treinamento de cálculos trabalhistas

O assessor de Cálculos e Liquidações da presidência do TRT da 8ª Região (Pará e Amapá), Alacid Corrêa Guerreiro, coordenou, na sala do Pleno do TRT-PE, nos dias 27 e 28, o treinamento do programa JURISCALC, voltado à elaboração de cálculos trabalhistas de 1º e

2º graus. Participaram do treinamento os servidores Andréa Maria Araújo Barros de Oliveira, da Corregedoria; Maria do Rosário Ribeiro de Oliveira Barbosa, do gabinete do desembargador Ivanildo de Cunha Andrade; Cláudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti, da 2ª VT de Caruaru; Virgínia

Baracho Rodovalho, da 4ª VT de Jaboatão dos Guararapes; Dalton Ribeiro Deodoro, da 1ª VT de Olinda; Esdras Carneiro Ferreira, da 1ª VT de Paulista; Cristiane Machado Nascimento, da 9ª VT do Recife; Késia Maria da Silva Fonseca, da 10ª VT do Recife; Alexandre Gomes Frazão de Aquino, da 12ª VT do Recife;

Cleusy Araújo Galindo, da 14ª VT do Recife; João Robson Mendes Holanda, da 20ª VT do Recife; e Sérgio Uchôa Guedes Cavalcanti, da 22ª VT do Recife. Esses servidores atuarão como multiplicadores das informações e procedimentos expostos no treinamento no âmbito da 6ª Região.